



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Pará
Subseção de Castanhal

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2019

CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1) Você está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, **as folhas de respostas**. **Assine o seu nome e escreva o número do seu documento de identificação**.
- 2) Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas, todas com 4 (quatro) alternativas, e 1 (uma) questão discursiva. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. Essa resposta deve ser marcada na **folha de respostas** que você recebeu. Na questão discursiva, utilizar letra legível.
- 4) Você deve preencher o quadro com a letra correspondente a sua resposta na **folha de respostas**, conforme o exemplo:

A	B	C	D
---	---	---	---

- 5) A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
- 6) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 7) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 8) Você terá 4 (quatro) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- 9) O candidato poderá levar o caderno de questões **somente** após a terceira hora de prova (12:00).
- 10) Os **3 (três) últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente.
- 11) O gabarito será divulgado no dia 28 de outubro de 2019, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.
- 12) O resultado será divulgado provavelmente no dia 08 de novembro de 2019, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.
- 13) **Gabarito e resultado não serão fornecidos por telefone**.

Castanhal/PA, 27 de outubro de 2019.

A COMISSÃO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. O juiz não resolverá o mérito quando:

- a) homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação.
- b) homologar a desistência da ação.
- c) homologar a transação.
- d) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação.

2. Em relação às disposições relativas à tutela provisória, assinale a alternativa incorreta:

- a) A tutela de urgência não pode ser concedida após justificação prévia.
- b) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- c) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

3. De acordo com a Lei nº 10.259/2001, não podem figurar como réu em processo no Juizado Especial Federal Cível:

- a) autarquia federal.
- b) empresa pública federal.
- c) sociedade de economia mista federal.
- d) fundação federal.

4. Pedro, por meio de seu advogado Paulo, ajuizou ação pelo procedimento comum perante a Subseção Judiciária de Castanhal requerendo a condenação da União em indenização por danos materiais e morais. Na petição inicial, contudo, não indicou a qualificação das partes e o valor da causa, assim como não apresentou os documentos indispensáveis à propositura da ação. Nesta situação hipotética, o juiz deverá:

- a) indeferir a inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito.
- b) determinar que o autor emende ou complete a inicial, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) indeferir a inicial, extinguindo o processo sem resolução do mérito.
- d) determinar que o autor emende ou complete a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

5. A respeito da Lei nº 7.347/85 que disciplina a ação civil pública, marque a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- b) Possui legitimidade para propor ação civil pública, dentre outros, a Defensoria Pública.
- c) As ações civis públicas serão propostas no foro de domicílio do réu.
- d) Aplica-se à ação civil pública, o Código de Processo Civil, naquilo que não contrariar suas disposições.

DIREITO CIVIL

6. Em relação à responsabilidade civil prevista no Código Civil, é incorreto afirmar que:

- a) Em razão de seu caráter personalíssimo, o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
- b) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- c) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.

d) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

7. Em conformidade com a disciplina contida no Código Civil, o terreno destinado à construção e estabelecimento da sede da Subseção Judiciária de Castanhal neste Município constitui bem:

- a) público de uso comum do povo, inalienável enquanto conservar a sua qualificação.
- b) público de uso especial, inalienável enquanto conservar a sua qualificação.
- c) privado vinculado à Administração Pública federal, inalienável enquanto conservar a sua qualificação.
- d) público dominical, inalienável enquanto conservar a sua qualificação.

8. Quanto à invalidade do negócio jurídico, assinale a assertiva correta:

- a) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício.
- c) É inexistente o negócio jurídico por vício decorrente de erro, dolo e coação.
- d) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação.

9. Assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição da pretensão de reparação civil ocorre em 3 (três) anos.
- b) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, antes que se consume.
- c) É vedado ao juiz conhecer, de ofício, da decadência, quando estabelecida por lei.
- d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

10. Marque a assertiva incorreta:

- a) Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante presunção.
- b) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- c) A pessoa com deficiência não pode ser admitida como testemunha.
- d) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Assinale a alternativa correta a respeito do inquérito policial:

- a) Trata-se de procedimento somente instaurado mediante requisição judicial.
- b) É presidido pelo magistrado competente para o processamento da ação penal decorrente do fato investigado ou pela autoridade policial, somente.
- c) É presidido pelo magistrado competente para o processamento da ação penal decorrente do fato investigado, pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.
- d) Não é peça indispensável à instauração de futura ação penal.

12. É possível corretamente afirmar que NÃO poderá a prisão preventiva ser decretada:

- a) Para averiguar a periculosidade de suspeito do cometimento de crime de intensa gravidade.
- b) Para a garantia da ordem pública.
- c) Para assegurar a aplicação da lei penal.
- d) Por conveniência da instrução criminal.

13. É correto afirmar sobre a audiência de custódia:

- a) Foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro através da Emenda Constitucional n. 135/2018, passando a constituir mais um direito fundamental expressamente previsto no art. 5º da Constituição Federal.
- b) Não tem aplicação no ordenamento jurídico nacional, por absoluta ausência de previsão em qualquer instrumento normativo vigente no Brasil.
- c) Não constitui objetivo desta espécie de audiência a obtenção de provas da materialidade e autoria delitivas.
- d) Trata-se da denominada audiência de instrução e julgamento, só que com outro nome.

14. Assinale a única alternativa que descreve situação cujo desfecho é condizente com o ato de ofertar denúncia, peça inaugural da ação penal pública, em conformidade com a definição legal (art. 41 do Código de Processo Penal) e doutrinação acerca do tema:

a) Astolfo, morador de um prédio localizado na Av. Barão do Rio Branco, s/n, município de Castanhal/PA, acometido de grave quadro de insônia, pôs-se uma noite na sacada de seu apartamento a contemplar a rua, ocasião em que avistou seu vizinho, Astrogildo, furtando objetos que se encontravam dentro de veículos estacionados na rua logo à frente, aproveitando-se da penumbra e da quase ausência de movimento àquela hora da madrugada. Cidadão de bem, Astolfo se sente impelido a tomar uma providência em relação ao caso, surgindo-lhe a ideia de utilizar uma câmera filmadora recém-comprada para registrar a cena, acionando o super zoom e o sistema de compensação de luz do equipamento para conseguir gravar com detalhes o rosto do meliante. Na manhã imediata Astolfo, que é estudante de direito de uma faculdade particular da cidade, elabora texto na melhor técnica jurídica, contendo todos os detalhes da ação presenciada, fornecendo a qualificação completa do suspeito e fazendo juntar CD com as gravações efetuadas, indicando as consequências penais do ato reportado e finalizando-o com o pedido de aplicação das sanções previstas em lei e aponto sua assinatura, devidamente reconhecida em um cartório da cidade. Por fim, Astolfo se dirige até o setor de protocolos da nova sede da Justiça Federal em Castanhal, situada na Rua Marechal Rondon, 226, lanetama, deixando as peças confeccionadas e obtendo o número de registro na segunda via da peça escrita.

b) Membro do Ministério Público, embasado no resultado de investigação interna acerca do sumiço de dois computadores do patrimônio da instituição, cujo suposto autor seria servidor que teria se valido da função pública para se apoderar de referidos equipamentos, elabora exposição escrita do fato, em todas as suas circunstâncias, com a qualificação do acusado, classificação do suposto crime e rol de testemunhas, endereçando a respectiva peça ao juiz federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Castanhal, com pedido expresso de regular processamento e condenação do acusado às sanções previstas na lei penal.

c) O mesmo fato presenciado por Astolfo também fora testemunhado por Lindomar, morador de apartamento localizado um andar acima. Diante da constatação do ilícito e ciente dos instrumentos postos à disposição da população para o combate à criminalidade, efetua ligação para o número 181 da Polícia Civil, narrando o fato em todas as suas circunstâncias, oferecendo elementos que considera suficientes ao reconhecimento do suspeito e responsabilização pelo fato criminoso.

d) Estagiário da Justiça Federal em Castanhal, reputando receber tratamento inadequado e desrespeitoso por parte do servidor encarregado de orientá-lo no desempenho de suas funções, requisita audiência com o Juiz Diretor do Foro, ocasião em que efetua o relato dos acontecimentos com todos os detalhes possíveis, pleiteando a aplicação das sanções criminais decorrentes do fato.

15. Qual das seguintes situações constitui hipótese apta a atrair a competência penal da Justiça Federal?

- a) dano intencional provocado em um bebedouro pertencente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia federal, instalado em uma de suas agências para o uso do público que utiliza os serviços daquele ente.
- b) roubo a uma agência do Banco do Brasil, sociedade de economia mista vinculada à União, em cujo desenrolar ocorreu, além da subtração de vultosa soma de dinheiro guardado no cofre do estabelecimento, o óbito de dois clientes que se encontravam no local no momento da ação, utilizados como “escudos humanos” pelos criminosos.
- c) homicídio praticado contra estudante matriculado em universidade federal, em ocasião de férias na casa de seus pais no interior do Pará.
- d) homicídio praticado contra o condutor de um ônibus escolar a serviço da Prefeitura de Castanhal, comprado com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

DIREITO PENAL

16. Nos termos do art. 317 do Código Penal, constitui crime a conduta do funcionário público consistente em “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”.

Assinale a alternativa que indica corretamente o nomen juris (denominação legal) do delito em destaque:

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva.
- c) Advocacia administrativa.
- d) Corrupção ativa.

17. Sobre o crime de falso testemunho ou falsa perícia, previsto no art. 342 do Código Penal, NÃO é correto afirmar que:

- a) A conduta consistente em fazer afirmação falsa como testemunha em processo judicial pode caracterizar o delito.
- b) A conduta consistente em calar a verdade (silenciar a respeito da verdade dos fatos) como testemunha em processo judicial pode caracterizar o delito.
- c) Pode ocorrer não somente em processo judicial, mas também em processo administrativo, inquérito policial ou em júízo arbitral.
- d) Somente pode ser caracterizado se houver o pagamento ou a promessa de pagamento de quantia em dinheiro à testemunha, em montante superior a um salário mínimo, exigência legal para superar a insignificância da conduta.

18. Conforme disposto no art. 2º, parágrafo único, do Código Penal, “a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado”. Qual o princípio de Direito Penal veiculado no dispositivo legal em destaque?

- a) Princípio da dignidade da pessoa humana.
- b) Princípio da intranscendência da pena.
- c) Princípio da retroatividade da lei penal benéfica ao acusado.
- d) Princípio da legalidade.

19. Sobre o lugar do crime, é correto afirmar, conforme disciplina o Código Penal:

- a) Considera-se como tal tanto o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, como aquele em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) É irrelevante para fins penais, haja vista a possibilidade de o primeiro juiz que obtiver conhecimento da prática de fato delituoso proceder à apuração e julgamento do processo judicial respectivo.
- c) Embora irrelevante para fins penais, haja vista a possibilidade de o primeiro juiz que obtiver conhecimento da prática de fato delituoso proceder ao julgamento do processo judicial respectivo, não detém o magistrado competência para proceder à apuração.
- d) O Código Penal não trata desta matéria, prevista exclusivamente no Código de Processo Penal.

20. NÃO é hipótese excludente de ilicitude, nos termos do art. 23 do Código Penal:

- a) a exigibilidade de conduta diversa.
- b) o estado de necessidade.

- c) a legítima defesa.
- d) o exercício regular de um direito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Os princípios que norteiam a administração pública, expressamente previstos no caput do art. 37 da CF, são os princípios da

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.
- b) legalidade, impessoalidade, publicidade, probidade e eficácia.
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) legalidade, segurança jurídica, moralidade, publicidade e eficiência.

22. A jurisprudência pátria afasta a aplicação de sanções severas a municípios por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos do novo gestor, a fim de não dificultar sua governabilidade, caso esteja tomando as providências necessárias para sanar o prejuízo causado pela gestão anterior. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata-se da aplicação do princípio da administração pública da:

- a) impessoalidade diferida das sanções.
- b) intranscendência subjetiva das sanções.
- c) continuidade mitigada da gestão.
- d) responsabilidade subsidiária do gestor.

23. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão, sem prejuízo da ação penal cabível,

- a) venda pública dos bens.
- b) medida sócio-disciplinar.
- c) suspensão dos direitos políticos.
- d) censura pelo órgão do Poder Estatal.

24. João é estagiário lotado no gabinete de determinada vara judiciária e recebeu gratificação em dinheiro para a priorização de um processo judicial a fim de que fosse sentenciado antes do que previa a ordem cronológica respectiva. A conduta praticada por João:

- a) pode ser enquadrada como ato de improbidade, desde que se trate de estágio remunerado.
- b) demanda apuração disciplinar, mas não pode ser objeto de ação de improbidade, porque, conforme entendimento do STF, estagiários não são considerados agentes públicos para fins de improbidade administrativa.
- c) pode configurar ato de improbidade, desde que fique demonstrada lesão ao erário.
- d) configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, devendo ser demonstrado dolo do estagiário para tanto.

25. No que diz respeito ao poder de polícia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A fiscalização apresenta duplo aspecto: um repressivo, através do qual os agentes da administração procuram impedir um dano social, e um preventivo, que, em face da transgressão da norma de polícia, redundará na aplicação de uma sanção.
- b) A atuação da administração pública, no exercício do poder de polícia, há de ficar restrita aos atos indispensáveis à eficácia da fiscalização, voltada aos interesses da sociedade.

c) Ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse, cabendo-lhe privativamente, organizar e executar os serviços de fiscalização necessários ao exercício do poder de polícia municipal.

d) Deverão os atos de polícia ser praticados por agentes no exercício regular de sua competência, sendo indispensável que esse ato seja produzido com a forma imposta pela lei.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Tributo pago como contraprestação de serviços públicos ou de benefícios feitos, postos à disposição ou custeados pelo Estado, em favor de quem paga. Ou seja, é uma quantia obrigatória em dinheiro paga em troca de algum serviço público fundamental. O trecho acima faz referência:

- a) ao Imposto sobre Serviços Públicos.
- b) à Taxa Pública.
- c) ao Imposto.
- d) à contribuição de melhoria

27. Em relação ao Imposto Sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, as imunidades decorrem de norma constitucional. Considerando a imunidade de IRPJ, a que tipo de entidade isto pode ser aplicado?

- a) Instituição de ensino infantil
- b) Culto religioso com mais de 2 anos de fundação.
- c) Entidade sindical de trabalhadores.
- d) Cinemas.

28. São causas de extinção do crédito tributário, EXCETO a

- a) prescrição.
- b) moratória.
- c) transação.
- d) compensação.

29. São impostos Federais, exceto:

- a) IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física. Incide sobre a renda do cidadão.
- b) IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Incide sobre o lucro das empresas.
- c) ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
- d) IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

30. Em virtude de um grave acidente ambiental ocorrido em certa região do território do Estado de Pernambuco, foi instituído, por meio de lei, um benefício que amplia o prazo para pagamento de tributos estaduais. Trata-se de

- a) isenção.
- b) moratória.
- c) remissão.
- d) anistia.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31. Conforme a doutrina e jurisprudência pátria, o princípio previdenciário que representa o sistema de repartição da seguridade social e garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais é o princípio da:

- a) uniformidade da base de financiamento.
- b) seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.
- c) solidariedade.
- d) equidade na forma de participação no custeio.

32. Não descaracteriza a condição de segurado especial, EXCETO:

- a) A outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.
- b) A exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.
- c) Ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo.
- d) O recebimento de benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

33. Rubens Arnaldo sustenta, a partir de uma série de laudos médicos, que está incapacitado para o labor. José Alfredo, por sua vez, aduz que, ao longo de toda a sua vida, estabeleceu diversos vínculos empregatícios, todos anotados em sua CTPS. Com vistas a fazerem vez aos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por idade, de acordo com o que dispõe o art. 25 da Lei nº 8.213/1991, o período de carência a ser respeitado pelos segurados é, respectivamente, de:

- a) 12 contribuições mensais e 24 contribuições mensais.
- b) 12 contribuições mensais e 180 contribuições mensais.
- c) 24 contribuições mensais e 150 contribuições mensais.
- d) 2 contribuições mensais e 12 contribuições mensais.

34. Felipe José, residente no imóvel rural que, em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, explora atividade agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais. Quanto a ele é CORRETO afirmar que:

- a) É devida proteção da Assistência Social, representada pela garantia do pagamento de um salário mínimo mensal, quando completar 60 (sessenta) anos de idade, se homem, ou 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher,

independentemente de contribuição, como forma de atender ao preceito constitucional da redução das desigualdades sociais entre as populações urbana e rural.

b) É devida proteção da Previdência Social, independentemente do recolhimento de contribuições ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mediante a implantação e pagamento de aposentadoria por tempo de serviço, no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício, ainda que de forma descontínua, de atividade agropecuária por, no mínimo, 180 (cento e oitenta) meses imediatamente anteriores à data do requerimento.

c) É devida proteção da Previdência Social, independentemente do recolhimento de contribuições ao RGPS, mediante a implantação e pagamento de aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício, ainda que de forma descontínua, de atividade agropecuária por, no mínimo, 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao acometimento do mal incapacitante.

d) É devida proteção da Previdência Social, somente mediante o recolhimento de contribuições ao RGPS, através da implantação e do pagamento de aposentadoria por idade, aos 60 (sessenta) anos, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher, apurada segundo os critérios legais aplicáveis no cálculo do valor do salário-de-benefício, desde que cumprida a carência mínima de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, em período descontínuo, mas desde que mantida a qualidade de segurado.

35. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, é rateada entre todos em parte iguais, sendo uma das hipóteses de extinção da cota-parte:

a) para o filho com deficiência mental, após 25 anos do início do benefício.

b) para o filho, aos 21 anos, salvo se for inválido ou se estiver em curso superior, hipótese em que o prazo é estendido até os 24 anos.

c) para o irmão inválido, pela cessação da invalidez

d) para o irmão que tenha deficiência intelectual, após 5 anos do início do benefício.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. Assinale a alternativa que reflete hipótese de norma constitucional de eficácia limitada.

a) "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária".

b) "São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país".

c) "O alistamento eleitoral e voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos".

d) "É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei".

37. A Constituição Federal prevê diversos direitos e garantias fundamentais com o objetivo de evitar que o Estado, no uso do direito de punir, cometa abusos contra os seus cidadãos. Nesse cenário, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a origem, a raça, o sexo e a idade dos condenados.

b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

c) Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

d) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

38. Sobre as competências da União, julgue as alternativas abaixo:

- I. Compete à União legislar privativamente sobre direito tributário, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- II. Compete à União legislar privativamente sobre previdência social;
- III. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual;
- IV. Em matéria de competência comum, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Somente a III está correta.
- b) Somente a I está correta.
- c) Somente a I e a IV estão corretas.
- d) Somente a II e a III estão corretas.

39. Alberto Rafael é juiz federal titular da Vara da Subseção Judiciária de Castanhal e deve decidir acerca da sua competência com relação a três processos que lhe foram distribuídos: o primeiro trata de ação referente ao cometimento de contravenção, na qual entidade autárquica Federal (INSS) figura como ré; o segundo versa sobre furto ocorrido dentro das dependências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) localizada no Município de Castanhal; e o terceiro a respeito de crime cometido contra a organização do trabalho. Neste cenário, Alberto Rafael deve dar-se por:

- a) incompetente para processar e julgar a primeira causa e competente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- b) competente para processar e julgar a primeira causa e incompetente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- c) competente para processar e julgar as três causas.
- d) incompetente para processar e julgar as três causas.

40. Conforme as disposições da Constituição Federal acerca dos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa correta:

- I- Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- II - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- III - Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- IV- O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

- a) Todas as alternativas são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I, II e IV são verdadeiras.

QUESTÃO DISCURSIVA

Tendo por base o acórdão abaixo transcrito, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal firmou, no ano de 2012, entendimento pela constitucionalidade do sistema de cotas utilizado por Instituições Públicas de Nível Superior (ADPF 186/DF), discorra sobre o **princípio constitucional da igualdade**, levando em conta seus aspectos formal e material.

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATOS QUE INSTITUÍRAM SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS COM BASE EM CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL (COTAS) NO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 1º, CAPUT, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, CAPUT, 205, 206, CAPUT, I, 207, CAPUT, E 208, V, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. I – Não contraria - ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no caput do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares. II – O modelo constitucional brasileiro incorporou diversos mecanismos institucionais para corrigir as distorções resultantes de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade. III – Esta Corte, em diversos precedentes, assentou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. IV – Medidas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros, devendo, ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço principiológico sobre o qual se assenta o próprio Estado brasileiro. V - Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da Constituição. VI - Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes. VII – No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação – é escusado dizer – incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos. VIII – Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgar totalmente improcedente a arguição. Votou o Presidente, Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 26 de abril de 2012. RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

